

COVID-19

Análise Informa D&B estima que 26% das empresas em Portugal têm um nível de resiliência financeira mínimo ou reduzido

Uma em cada quatro empresas não tem capacidade para resistir à crise

Nasceram menos 13 mil empresas

Texto **CÁTIA MATEUS**
e **SÓNIA M. LOURENÇO**

Passado um ano desde o início da chegada da pandemia a Portugal, as marcas são visíveis na economia — que sofreu uma queda inédita na história da democracia — e no tecido empresarial. E ainda podem agravar-se, já que 26% das empresas — ou seja, uma em cada quatro — não têm capacidade financeira para resistir à crise. Esta é uma das conclusões do painel de controlo da crise da consultora Informa D&B, que ao fim de 12 meses de pandemia avalia os impactos no tecido empresarial em Portugal. O empreendedorismo também sofreu. Nasceram menos 13 mil empresas no país.

Muito assimétrico. Assim é o impacto da crise, como mostra esta análise. “O traço que imediatamente caracteriza a atual crise e que a distingue da anterior é a forma muito desigual como estes 12 meses de pandemia atingiram os diversos sectores de atividade, desde logo a restauração, o retalho não alimentar e todas as empresas que vivem na cadeia de valor do turismo, como o alojamento, os transportes e um grande conjunto de serviços”, frisa Teresa Menezes, diretora-geral da Informa D&B.

Os números não deixam margem para dúvidas. Perto de 200 mil entidades do tecido empresarial no país (33% do total) atuam em atividades com impacto alto da pandemia, estima a consultora. Contudo, essa percentagem atinge 100% no alojamento e restauração, 62% nos transportes e 58% no retalho. Assimetria que se reflete em diversos indicadores. A Informa D&B estima que 31% das empresas tenham registado em 2020 uma queda no volume de negócios superior a 16%. Mas, no sector do alojamento e restauração, 95% das empresas terão sofrido uma

quebra na faturação dessa ordem de grandeza. É também o alojamento e restauração o sector que mais aumenta os atrasos nos pagamentos entre fevereiro de 2020 e fevereiro de 2021. O aumento foi de 7,2 dias, para 36,9 dias. Seguiu-se os transportes, com mais 4,5 dias, para 39,1 dias.

Insolvências não refletem a crise

O impacto da crise sentiu-se, de imediato, no empreendedorismo. Nos 12 meses da pandemia, nasceram menos 13.051 empresas em Portugal do que no período homólogo. Os momentos de confinamento geral foram os mais negativos, com a criação de empresas a cair 73% no primeiro, e, agora, 38% no segundo.

Já as insolvências, e ao contrário da anterior crise, até agora, não refletem o embate sofrido pelas empresas. O número de processos iniciados regista apenas um ligeiro aumento (mais 8%, ou seja, mais 84 casos) nas atividades com um impacto alto da covid-19 e caem nas restantes. Números que “devem ser entendidos à luz das medidas de apoio que o Estado português colocou à disposição das empresas”, frisa a Informa D&B. Mas podem ainda aumentar. A consultora estima que 26% das empresas em Portugal têm um nível de resiliência financeira mínimo ou reduzido. Este indicador avalia a capacidade de uma empresa enfrentar

O NÚMERO DE INSOLVÊNCIAS EM PORTUGAL AINDA NÃO REFLETE A CRISE. APOIOS DO ESTADO SEGURAM EMPRESAS



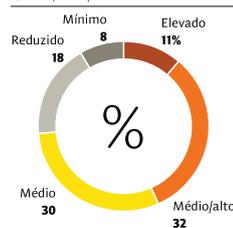
um choque excepcional e não previsto na sua atividade, e a conclusão é que uma em cada quatro empresas no país não tem capacidade para enfrentar a crise. Um número que atinge os 34,2% — ou seja, uma em cada três — no caso das microempresas. Ainda assim, 43% das empresas têm níveis de resiliência financeira que lhes permitirá enfrentar a crise, aponta a Informa D&B.

Também as confederações patronais temem que o embate sobre as empresas ainda se possa agravar. “Em 2020, muitas empresas foram aguentando à custa de reservas que tinham. Agora, estão desgastadas e já não há reservas. Se houver um arrastamento da concretização das medidas de apoio, muitas podem optar por reduzir pessoal ou fechar portas”, alerta João Vieira Lopes, presidente da Confederação do Comércio e Serviços de Portugal. Francisco Calheiros, presidente da Confederação do Turismo de Portugal, corrobora: “As empresas de turismo aguentaram tanto porque entre 2009 e 2019 tivemos anos muito bons. Por isso estavam muito capitalizadas e tinham reservas. Ao fim de um ano de pandemia, em que o turismo esteve praticamente parado, as reservas estão esgotadas.” Ainda assim, espera que a descida da incidência de covid-19 no país aliada ao avanço da vacinação e aos apoios do Governo permitam que “o verão seja melhor. Normal não será, mas melhor”.

E é também com isso que conta Ana Jacinto, secretária-geral da Associação da Hotelaria, Restauração e Similares de Portugal (AHRESP). Ainda assim, a responsável alerta para a importância de apoiar “com urgência as 120 mil empresas da restauração, similares e alojamento turístico, dos 400 mil postos diretos que têm a seu cargo, e dos muitos milhares de empresas e de postos de trabalho que dependem de nós”. É que, sinaliza, depois de um ano de pandemia as empresas do sector “atravessam o seu período mais crítico”.

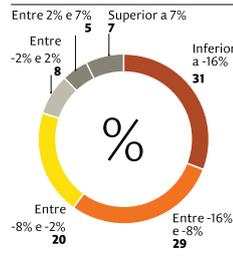
mateus@expresso.imprensa.pt

RESILIÊNCIA FINANCEIRA



EVOLUÇÃO DA FATURAÇÃO EM 2020

Distribuição das empresas por variação estimada do volume de negócios



EVOLUÇÃO DO NASCIMENTO DE EMPRESAS

De janeiro de 2020 a fevereiro de 2021, em %



Como a economia tem seguido a pandemia

Evolução da economia portuguesa tem seguido os altos e baixos da pandemia de covid-19. Vacinação é crucial para um bom verão no turismo, que puxe pela retoma

Ao ritmo da pandemia. Assim tem evoluído a economia portuguesa desde que a covid-19 chegou ao país. Depois de uma queda inédita no segundo trimestre de 2020, associada à primeira vaga, seguiu-se uma recuperação no verão, quando o vírus deu tréguas, e nova degradação com a segunda vaga no outono, agravando-se com a terceira vaga, no início do inverno de 2021. Mas, a queda deverá agora ser menor, sinalizam os indicadores.

“Não há dúvidas que mais pandemia significa menos economia no presente”, frisa Pedro Brinca, economista e professor da Nova SBE. Por vários motivos. Primeiro, “mais pandemia representa sempre uma limitação da capacidade de produção, seja pelas precauções que empresas e trabalhadores adotam de forma autónoma, seja por medidas de confinamento e



segurança impostas pelas autoridades”. Segundo, “as pessoas reduzem os gastos, já que o aumento da incerteza aumenta as poupanças por motivo de precaução — um fenómeno observado também no período da *troika* —; e, havendo maior risco de contágio, evitam comportamentos que as possam pôr em risco”.

Este último efeito é analisado no estudo “How do people respond to small probability events with large, negative consequences”. Com base em dados para Portugal, Martin S. Eichenbaum, Miguel Godinho de Matos, Francisco Lima, Sérgio Rebelo e Mathias Trabandt mostram que, com a pandemia, a redução no consumo de bens que implicam elevado contacto social foi mais acentuada nas pessoas mais velhas, seguindo o perfil de risco da covid-19.

Agora, com a incidência do vírus em queda em Portugal e o país a iniciar o desconfinamento, é de esperar uma forte recuperação da economia, puxada pelo consumo? “É difícil prever o comportamento do consumidor. Noutras epidemias, como o SARS em 2003, houve uma rápida recuperação do consumo depois de o vírus estar controlado. Até chegarmos à imunidade de grupo temos que navegar à vista”, responde Sérgio Rebelo, economista e professor da Kellogg School of Management da Northwestern University, nos Estados Unidos. Mas lembra que “empresas e consumidores portugueses adaptaram-se às restrições do confinamento, permitindo conciliar menos mobilidade com mais atividade económica do que em março e abril de 2020”.

Certo é que a palavra-chave para a retoma é vacinação. “O fator mais decisivo tem a ver com a capacidade de vacinarmos mais pessoas, mais rápido”, frisa Pedro Brinca, vencedor que “o regresso a um novo normal é fundamental para o rearranque da economia e, dada a importância do turismo, para um bom verão do ponto

de vista económico”. Ora, “se até maio não houver uma proporção significativa da população vacinada que possa inspirar confiança — em particular quando comparado com outros destinos com que competimos — será mais um verão perdido”, alerta.

Também Sérgio Rebelo coloca a tónica na vacinação: “Temos indícios de que as pessoas estão desejosas de sair e viajar. Se conseguirmos vacinar uma grande parte da população até ao verão, o turismo pode ver uma grande recuperação. Os turistas vão preferir a Europa aos países em vias de desenvolvimento onde a vacinação está em geral a ser muito lenta.”

Pedro Brinca deixa um último alerta: “Um dos meus receios é que a elevada contenção do Governo nos apoios diretos à economia possa refletir-se num aumento acentuado do desemprego e falências a médio prazo, condicionando a recuperação”. S.M.L.

Reabertura do cabeleireiro & SoWhat, em Lisboa, na última segunda-feira. Os salões de beleza estavam encerrados desde 15 de janeiro

FOTO JOSÉ FERNANDES

ECONOMIA CAI E RECUPERA AO RITMO DA PANDEMIA



Governo garante €800 milhões nas empresas até final do mês



Sérgio Rebelo recomenda prudência

“Estímulos orçamentais têm de ser bem ponderados”

O economista Sérgio Rebelo alerta para o risco de Portugal poder sair da pandemia e entrar numa crise orçamental se apoios forem muito longos

Com a crise associada à pandemia de covid-19 a devastar a economia, têm sido muitas as vozes a instar o Governo português a ir mais longe nos apoios públicos, já que o país se posiciona mal neste domínio na União Europeia. Mas, Sérgio Rebelo, professor da Kellogg School of Management da Northwestern University, nos Estados Unidos, e um dos mais reputados economistas nacionais, recomenda prudência. “Portugal tem pouco espaço orçamental, por isso os estímulos têm que ser bem ponderados. De outra forma, podemos sair da crise da covid-19 e entrar numa crise fiscal”, alerta.

Questionado pelo Expresso, por correio eletrónico, sobre a situação económica quando o país está a iniciar o desconfinamento, frisa que “a boa notícia é que a população mais vulnerável em termos de risco de saúde está a ser vacinada, o que vai reduzir muito a taxa de mortalidade”. Mas, “ainda estamos longe da imunidade de grupo”. Por isso, a prioridade é vacinar, também por questões económicas. A retoma não está garantida, nem em Portugal nem a nível internacional: “As mutações do vírus podem eventualmente baralhar as cartas. Cada nova infeção é mais uma oportunidade para o vírus se aperfeiçoar. É por isso que precisamos de vacinar o mundo inteiro”, defende.

Se Portugal ficar para trás na Europa, em termos de recuperação económica, arrisca-se a ficar debaixo de fogo dos mercados financeiros. “Temos de acreditar que o Banco Central Europeu vai intervir para que não haja sobresaltos no financiamento da dívida”, vinca Sérgio Rebelo. Contudo, “quanto mais a crise dura, maior é o dano sofrido pelo tecido empresarial e mais difícil a situação das pessoas que não podem trabalhar de forma remota”, reconhece, considerando que “a única solução da crise é vacinar a população de forma a obter imunidade de grupo”.

A “bazuca” europeia é uma arma com que os países europeus contam para a recuperação. Por isso, Sérgio Rebelo não tem dúvidas sobre quais devem ser as prioridades nacionais no Plano de Recuperação e Resiliência: “É preciso ajudar as famílias mais pobres, investir em educação e assegurar que o regime de tributação e a regulação é favorável ao investimento e à concorrência. Educar os nossos trabalhadores e atrair investidores que criam emprego no nosso país é crucial. Estamos no limiar da quarta revolução industrial e por isso temos que criar as empresas e os empregos do futuro.” S.M.L.

Apoiar.pt já injetou €652 milhões nas empresas. Executivo assegura mais €150 milhões ainda em março

O compromisso é dado ao Expresso pelo secretário de Estado Adjunto e da Economia, João Neves: “Temos €652 milhões entregues às empresas até agora. Prevejo que até final do mês teremos pago €800 milhões. Esse é o meu compromisso.” As verbas referem-se ao programa Apoiar.pt que desde o final de novembro, nas várias vertentes, tem reforçado a tesouraria das empresas nos sectores mais afetados pela crise, com apoios a fundo perdido. O secretário de Estado recusa queixas de que as verbas chegam tarde, mas os empresários insistem que nem tudo corre bem e é preciso maior celeridade, porque já não têm reservas para aguentar o embate da pandemia.

Desde 25 de novembro, altura em que o Governo abriu as candidaturas ao Apoiar.pt, 49 mil empresas requereram o apoio. Destas, 47 mil candidaturas foram validadas e quase 45.300 aceitaram as verbas propostas, passando à fase de pagamento. Os números foram dados ao Expresso por João Neves, garantindo que “já pagamos a 44.496 empresas”. De um montante total de €839 milhões associado às candidaturas, o Governo já entregou às empresas 80% deste montante, diz o secretário de Estado, explicando que “há uma parte que não pagamos e que tem a ver com a verificação das condições de acesso”. E vinca: “Não quero parecer triunfalista, mas a execução do programa está a cumprir integralmente as condições que tínhamos previsto.”

E esta demora na chegada dos apoios às empresas é a grande preocupação dos patrões, que temem que o problema se repita com o reforço das medidas anunciado na passada semana. “Tememos que estes apoios, mais uma vez, não cheguem de forma atempada e generalizada às empresas”, diz Ana Jacinto, secretária-geral da AHRESP. Alerta ainda que as empresas criadas em 2019 e 2020 continuam excluídas ou penalizadas no desenho das medidas. A AHRESP apresentou ao Executivo a criação de um Mecanismo Único de Acesso aos Apoios, que permita um acesso ágil, simplificado e concentrado aos vários apoios. C.M. e S.M.L.

FRASE

“A execução do programa Apoiar.pt está a cumprir integralmente as condições que tínhamos previsto”

João Neves
Secretário de Estado Adjunto e da Economia

APOIOS REFORÇADOS

Apoiar.pt regressa
O programa Apoiar.pt reabre candidaturas ainda em março com reforço da dotação. Apoiar + Simples e Apoiar Rendas passam a abranger empresários em nome individual sem contabilidade organizada ou trabalhadores a cargo

Lay-off alargado
O lay-off simplificado vai voltar a abranger empresas com quebras de faturação superiores a 40% e em que a maior parte da faturação esteja associada a atividades encerradas

Mais apoio à retoma
Programa será prolongado até 30 de setembro. Empresas dos sectores do turismo e cultura com quebras de faturação acima de 75% terão isenção de TSU durante três meses

Flexibilização fiscal
Empresas e trabalhadores independentes vão poder pagar o IVA trimestral ou mensal em três ou seis prestações, sem juros

Crédito para o turismo
Será criada uma linha de crédito de €300 milhões para médias e grandes empresas do turismo com quebras de faturação acima de 25%, convertível em 20% a fundo perdido sob o compromisso de manutenção do emprego

Patrões preocupados

As confederações patronais dizem, no entanto, que nem tudo corre bem. “Em dezembro, o Governo anunciou um conjunto de medidas para 2021, mas a regulamentação só aconteceu em janeiro e os apoios só começaram a chegar às empresas em fevereiro ou ainda nem chegaram”, alerta João Vieira Lopes, presidente da Confederação do Comércio e Serviços de Portugal (CCP).

Em causa está, por exemplo, o Apoiar Rendas, cujos pagamentos ainda não se iniciaram, como também denunciam todas as confederações e associações empresariais ouvidas pelo Expresso. João Neves reconhece o problema justificando-o com questões legais ligadas à proteção de dados da Autoridade Tributária. Ainda assim, garante que o pagamento da primeira parcela (50%) do total de €53 milhões solicitados nas candidaturas avança até à próxima semana. Os restantes 50% “deverão chegar às empresas na segunda quinzena de abril”, diz.